

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB A HEGEMONIA NEOLIBERAL E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOCENTE: UMA ANÁLISE FREIREANA ANTILIBERAL

Glauber Brasileiro Batista Filho¹
Maria Celça Ferreira dos Santos²

RESUMO

Sob a hegemonia neoliberal, a educação brasileira viu sua essência emancipatória esvair-se, convertendo escolas em espaços de mercantilização subordinados à lógica do capital (Dardot; Laval, 2016). Políticas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio, ao priorizarem competências técnicas, esvaziam o pensamento crítico e naturalizam desigualdades históricas (Brasil, 2017; Chauí, 2014). Nesse cenário, o trabalho docente é marcado pela precarização, resultando em um aumento do adoecimento mental. A presente revisão sistemática integrativa, com foco na literatura nacional, utiliza os achados de Diehl e Marin (2016), que estabelecem a Síndrome de Burnout, o estresse e a ansiedade como as patologias prevalentes, confirmando que o sofrimento psíquico é um sintoma estrutural da precarização laboral. A análise crítico-discursiva revela que a culpabilização docente e a gestão empresarial são padrões recorrentes que mascaram as raízes políticas do problema (Safatle et al., 2020). Como resistência, a pedagogia freireana propõe currículos decoloniais, gestão democrática e esperança utópica, confrontando a racionalidade neoliberal que fragmenta saberes e desumaniza o ensino (Freire, 1996). O estudo conclui que a crise docente evidencia a urgência de se resgatar a educação como direito social, articulando projetos pedagógicos que afirmem a dignidade humana frente à exclusão capitalista.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Saúde docente, Mercantilização, Precarização, Pedagogia crítica.

¹ Especialista em Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial pela Centro Universitário Cidade Verde - UniCV, glauber.98@hotmail.com;

² Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, mariacelcassantos@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira, desde a década de 1990, tem sido palco de profundas transformações estruturais, impulsionadas pela hegemonia neoliberal que reconfigurou suas finalidades pedagógicas e, conseqüentemente, a saúde mental docente. Inspirada em diretrizes de organismos multilaterais, a reforma educacional priorizou a eficiência gerencial e a subordinação da escola às demandas do mercado, convertendo-a em um serviço regulado por critérios mercadológicos (CARDOSO; LÔBO, 2023). Nesse contexto, o neoliberalismo redefiniu e atrofiou a educação como um bem de consumo esvaziado de sua função social e emancipatória (LAVAL, 2019), consolidando essa visão por meio de mecanismos de *accountability* (termo relacionado a prestação de contas obrigatória sobre ações e resultados, essencial para a transparência e o controle institucional) na LDB/1996 e no FUNDEB (BRASIL, 1996; BRASIL, 2020). Políticas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) intensificaram a precarização laboral, ao priorizarem competências ditas técnicas em detrimento do pensamento crítico e ao transformarem alunos em consumidores e professores em operadores de metas (CHAUÍ, 2014). O resultado direto dessa lógica mercantil é a crise humanitária no magistério, com o aumento alarmante de doenças psíquicas como burnout, depressão e ansiedade (CARLOTTO, 2003; IBGE, 2023).

Em essência o presente trabalho reside em investigar como a lógica mercantil neoliberal extremou o adoecimento psíquico docente, desvelando os mecanismos pelos quais a precarização laboral e o adoecimento físico-mental dos professores são intensificados por políticas como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio. A internalização da ideologia neoliberal, que transforma o professor em um prestador de serviço numa lógica empresarial, gerou um sentimento de desvalorização profissional, agravado pela pressão por resultados e pela naturalização e generalização do sofrimento (SAFATLE et al., 2020). Dados preocupantes, como o uso de antidepressivos por 34,9% dos professores em escolas de diferentes redes de ensino no Rio Grande do Sul (SEGAT et al., 2018), destacam que a medicalização do sofrimento mascara determinações estruturais, transformando questões políticas em problemas individuais (DEJOURS, 2007). A BNCC, ao excluir disciplinas críticas, não apenas reforça uma visão eurocêntrica (MARSIGLIA; LIMA, 2017), mas aprofunda desigualdades ao tratar a educação como uma mera mercadoria, em detrimento de sua função social e transformadora (FRIGOTTO, 2000).



Diante desse cenário, o estudo propõe alternativas pedagógicas baseadas no pensamento freireano, capazes de resgatar a educação como direito social e prática emancipatória e libertadora (FREIRE, 1996; FREIRE, 1987). A pedagogia crítica de Paulo Freire emerge como o antídoto ético e epistêmico, oferecendo caminhos para reinventar a escola como espaço de diálogo, esperança utópica e potencialidades. Metodologicamente, o trabalho combina análise crítica de documentos oficiais e uma revisão sistemática integrativa de 28 pesquisas (2003-2023), cuja análise qualitativa foi balizada pela revisão de Diehl e Marin (2016), para demonstrar que o neoliberalismo atua como uma tecnologia de gestão da subjetividade que produz docentes competitivos e alunos consumidores (DARDOT; LAVAL, 2016; LEHER, 2022). A resistência a esse modelo exige não apenas rigor acadêmico, mas a revogação de reformas neoliberais e o investimento de 10% do PIB na educação pública (CONAE, 2022), reafirmando que a saúde docente é uma questão coletiva e que a escola deve ser território de liberdade e dignidade humana.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

1. O neoliberalismo e a educação brasileira

O neoliberalismo transcende o mero arranjo econômico, estabelecendo-se como uma racionalidade de governamentalidade que molda condutas e subjetividades individuais, atuando como uma verdadeira norma de vida que permeia todas as dimensões sociais (Dardot e Laval, 2016). Essa racionalidade não se restringe ao controle disciplinar tradicional, mas opera por meio da mobilização incessante do desempenho, do autogoverno e do autoempreendedorismo, transformando o indivíduo no que se convencionou chamar de "empresa de si mesmo", em um processo gradual de uberização do trabalho docente, no qual modelos de contratação flexíveis, informais e por demanda, inspirados nas plataformas digitais, intensificam a precarização da profissão., vendendo uma ideologia hiper individualizada e competitiva, esvaziando o ser humano de uma das suas características mais primitivas que no que tange à coletividade e cooperatividade (Fortuna, 2021; Dardot e Laval, 2016).

No contexto educacional, essa lógica se manifesta na implementação de políticas orientadas pela competitividade, hiper produtividade e pela formação de capital humano. Tal perspectiva transforma a educação em uma tecnologia social destinada a regular, dominar, domesticar ou doutrinar os indivíduos. (Franco, 2017). Consequentemente, a educação perde seu caráter formativo e humanizador, sendo



reduzida a um instrumento de preparação para o mercado de trabalho, onde os estudantes são concebidos como produtos e o conhecimento como mercadoria esvaziada (Franco, 2017). A adoção de modelos gerenciais empresariais nas instituições de ensino prioriza indicadores quantitativos de desempenho, fomentando uma cultura de competição entre estudantes, professores e escolas (Fortuna, 2021).

Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo atua, portanto, como uma racionalidade política que redefine as relações sociais e subjetivas, culminando na produção da subjetividade precarizada. A saúde mental e física é, assim, diretamente impactada por essa dinâmica, pois a precarização não se configura como um efeito colateral, mas sim como um projeto estrutural que naturaliza o adoecimento como parte do custo da produtividade, sendo o lucro e a prática laboral alienante a finalidade central desse processo produtivo exploratório (Mbembe, 2020a; Ferreira, 2020). O neoliberalismo, ao exigir a internalização de normas competitivas e a autogestão do desempenho, transforma a precarização laboral em um projeto de fragilização que atinge a essência da subjetividade docente.

2. Pedagogia Freireana Antiliberal: Epistemologia, Práxis e a Construção da Esperança Utópica

A pedagogia de Paulo Freire emerge como um projeto epistemológico e político essencialmente antiliberal, oferecendo um contraponto radical à racionalidade mercantil que domina a educação contemporânea. Seu trabalho revolucionou o campo ao estabelecer uma epistemologia que confere legitimidade aos saberes populares, rompendo com a hierarquia tradicional que subordina o conhecimento popular ao acadêmico (Maciel, 2011). Freire trouxe reflexões cruciais sobre os sujeitos marginalizados pela sociedade do capital, reconhecendo as classes populares como detentoras de um saber que, embora não valorizado, é fundamental para o processo educativo (Maciel, 2011).

A raiz dessa pedagogia é a dialogicidade, que exige uma relação horizontal entre educadores e educandos na construção coletiva do conhecimento. A construção do saber se dá na prática dialógica, na vivência crítica da tensão entre teoria e prática, e jamais como mera transmissão de informações desvinculadas da realidade dos sujeitos (Franco, 2017). Essa abordagem dialógica é o motor da práxis educativa freireana, que se articula intimamente com a transformação social, constituindo-se como um ato político voltado à conscientização e emancipação dos oprimidos (Maciel, 2011). A educação popular, nesse sentido, visa transformar o sujeito em um agente político, ativo na transformação do



mundo e na construção de um projeto de sociedade autônomo, coletivo e transformador (Maciel, 2011).

A Pedagogia do Oprimido surge, assim, como um rompimento epistemológico e político, uma resistência explícita à lógica liberal e tecnicista que desumaniza o ensino (Franco, 2017). Ela se fundamenta na compreensão do ser humano como sujeito histórico, inacabado, possuidor da vocação ontológica de ir além dos limites impostos, opondo-se às estruturas opressoras (Franco, 2017). O processo de humanização, na perspectiva freireana, requer o desenvolvimento da consciência crítica, que permite aos sujeitos perceberem-se como transformadores da realidade material. A educação só se constitui em uma prática de geração de emancipação se sua estrutura e dinâmica contemplarem a formação histórica dos sujeitos, reconhecendo os condicionamentos sociais, políticos e econômicos que limitam a liberdade humana (Fortuna, 2021).

A conscientização é o núcleo central desse processo libertador, caracterizando-se como um movimento dialético de reflexão e ação sobre a realidade. Maciel (2011) expõe que não há conscientização sem a ação consciente dos oprimidos na luta por sua libertação, sendo um processo no qual educador e povo se conscientizam mutuamente através do movimento dialético. Esse processo transcende a mera tomada de consciência, exigindo o engajamento ativo na superação das situações-limite. A emancipação dos sujeitos deve organizar toda a prática pedagógica, num processo contínuo de luta e compromisso social, tecendo os fundamentos de uma prática democrática e crítica (Franco, 2017).

A resistência pedagógica ao pensamento único neoliberal é o ponto de convergência dessa filosofia. A pedagogia freireana se apresenta como uma alternativa consistente, valorizando a dimensão coletiva e solidária da experiência humana, em contraposição ao individualismo competitivo e desumanizante como método de controle (Fortuna, 2021). Freire nos auxilia a olhar os problemas do mundo contemporâneo, invadido por exclusões e desigualdades estruturais, propondo uma educação emancipatória, elaborada por uma pedagogia crítica e liberta de opressões sistemáticas (Franco, 2017). A teoria freireana é um contraponto direto ao neoliberalismo por levar os sujeitos à problematização da realidade, tornando-os propositivos diante da negação da dignidade humana (Fortuna, 2021).

Tal abordagem promove a formação de subjetividades democráticas que se contrapõem ao modelo neoliberal, o qual é caracterizado por um sujeito sem mundo e sem capacidade intersubjetiva (Fortuna, 2021). A subjetividade democrática se manifesta



na capacidade de estabelecer relações dialógicas, na solidariedade e no compromisso com a transformação social, priorizando a reflexão crítica e a ação transformadora emancipatória (Franco, 2017).

Em última análise, Freire (1996) oferece a esperança utópica como o antídoto mais potente ao fatalismo neoliberal, rejeitando a narrativa ideológica de que não há alternativa ao sistema vigente. Essa narrativa pessimista, que desmobiliza e desacredita a ação coletiva, é denunciada por Freire, para quem a história é um tempo de possibilidades múltiplas repletas de devir, e não de determinismos fixos. Essa perspectiva contrasta com a retórica da alta qualidade e dos testes padronizados, que reforçam a ideia de que o sucesso escolar e social depende apenas do esforço individual, ignorando as determinações socioeconômicas (Apple, 2015). A esperança freireana, que é uma condição ontológica, alimenta a luta por justiça educacional, sendo exemplificada em projetos e movimentos que buscam a gestão democrática e a reconexão da educação com a transformação social de direito à todos (Apple, 2015; Freire, 1996).

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma revisão sistemática integrativa com abordagem predominantemente qualitativa, visando analisar os impactos da hegemonia neoliberal na saúde mental docente.

3.1. Escopo e Fontes

A questão norteadora foi: Como o neoliberalismo impacta a saúde docente e a educação brasileira, especialmente no que tange à precarização do trabalho, ao sofrimento psíquico e à mercantilização do ensino? (Laval, 2019; Safatle et al., 2020).

A busca foi realizada entre 2003 e 2023 nas bases SciELO, CAPES, Google Scholar e Redalyc, utilizando descritores como "neoliberalismo", "precarização docente", "saúde mental" e "burnout". Foram incluídos 28 estudos (artigos, teses, livros) com análise crítica robusta da realidade brasileira.

3.2. Análise dos Dados

A análise foi conduzida em duas vertentes:

- **Análise Qualitativa:** O eixo central foi a revisão sistemática de Diehl e Marin (2016),



cujos achados validaram a Síndrome de Burnout, o estresse e a ansiedade como adoecimentos prevalentes. Esta categorização foi aplicada aos 28 estudos da presente revisão, agrupando-os em três eixos: Mercantilização da Educação, Precarização Laboral e Sofrimento Psíquico. Adicionalmente, a análise crítico-discursiva identificou padrões de culpabilização docente e gestão empresarial em 68% dos trabalhos.

- **Análise Teórica:** Os achados qualitativos foram articulados com o referencial teórico (Chauí, Laval, Safatle, Dejours) para aprofundar a compreensão do impacto da lógica neoliberal no cotidiano escolar.

A síntese final integrou as evidências para compreender o impacto da lógica neoliberal na saúde mental e na estrutura educacional brasileira.

3.3. Limitações

As principais limitações identificadas são: Assimetria Regional (62% dos estudos concentrados no Sudeste) e o Recorte Temporal (2003-2023), que pode não captar tendências emergentes pós-pandemia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Adoecimento Mental Docente como Fenômeno Estrutural: Análise da Literatura

A análise da literatura científica nacional, balizada pela revisão sistemática de Diehl e Marin (2016), estabelece que o adoecimento mental em professores é um fenômeno estrutural e não individual. A revisão, que analisou artigos entre 2010 e 2015, já apontava a Síndrome de Burnout como o principal adoecimento investigado, sendo o estresse e a ansiedade os sintomas mais prevalentes na categoria. Estes achados são cruciais para a presente análise, pois demonstram que a precarização do trabalho docente já se manifestava em patologias específicas mesmo antes da intensificação das reformas neoliberais pós-2016. A persistência e o agravamento desse quadro, sob a égide de políticas como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017; CARDOSO & LÔBO, 2023), confirmam a tese de que a escola se transformou em um espaço de gestão empresarial (Chauí, 2014), onde o valor do trabalho é medido por métricas de desempenho.

4.2 Fatores de Estresse e a Produção da Subjetividade Precarizada



A Análise Qualitativa da presente revisão, alinhada aos achados de Diehl e Marin (2016), reforça que o sofrimento psíquico é um sintoma da precarização laboral. Os fatores de estresse identificados nos estudos revisados (como excesso de tarefas, falta de reconhecimento e superlotação) são consistentes com as categorias de adoecimento já estabelecidas pela literatura. Esses elementos dialogam com a análise de Dejours (2007), que identifica na reestruturação neoliberal do trabalho o aprofundamento do isolamento e a substituição da colaboração pela competição. O sofrimento psíquico, portanto, é administrado pelo neoliberalismo, convertendo-o em ferramenta de controle social (Safatle, Dunker e Júnior, 2020). A análise crítico-discursiva dos estudos revisados, que expõe a culpabilização docente e a gestão empresarial da escola como padrões presentes em 68% das publicações, comprova a existência de uma cultura que valoriza o desempenho individual em detrimento da solidariedade, um fator de risco já destacado pela revisão de Diehl e Marin (2016).

4.3 Consequências e a Necessidade de uma Resistência Antiliberal

O impacto do adoecimento docente transcende o indivíduo, reforçando a hegemonia da sociedade capitalista e ampliando a desigualdade social (Cardoso & Lôbo, 2023; Laval, 2019). A escola perde sua função social de espaço de construção coletiva do conhecimento, tornando-se uma prestadora de serviços submetida à lógica capitalista de concorrência (Chauí, 2014). A crise exige uma resposta que resgate a educação como direito social. A pedagogia freireana emerge como o projeto político de resistência capaz de confrontar a lógica excludente do capital e reafirmar que a saúde docente é uma questão coletiva e inegociável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos do neoliberalismo na educação brasileira revela que a adoção da lógica mercadológica transcendeu a mera alteração estrutural, culminando em uma crise humanitária no magistério, conforme evidenciado pela literatura revisada (Diehl; Marin, 2016; Carlotto, 2003). A escola, transformada em cenário de sofrimento psíquico e exploratório, viu a prevalência de burnout, estresse e ansiedade entre professores, que foram reduzidos a operadores de metas e submetidos à lógica da produtividade e da avaliação padronizada (Chauí, 2014). Essa mercantilização, impulsionada por políticas como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, esvaziou a autonomia pedagógica e intensificou a sobrecarga de funções, agravando o isolamento e



a ausência de reconhecimento (Laval, 2019; Oliveira, 2022). O sofrimento psíquico docente, longe de ser uma falha individual, é o sintoma de um projeto político que administra e explora o sofrimento para garantir a adaptação dos sujeitos à lógica da concorrência e do desempenho (Safatle, Júnior & Dunker, 2020). A indiferença, a culpabilização e a fragmentação das redes de solidariedade tornam-se, assim, mecanismos centrais de manutenção do *status quo*, conforme destacado pela literatura (Oliveira, 2022; Dejours, 2007).

A superação desse cenário exige uma resposta que transcenda o paliativo, demandando o resgate da educação como direito social e bem público, com a garantia de condições laborais dignas e currículos verdadeiramente emancipatórios. A crítica radical ao projeto neoliberal deve ser acompanhada da construção de alternativas concretas, como o financiamento público progressivo, a gestão democrática e a adoção de pedagogias críticas e decoloniais. Tais medidas são essenciais para romper com a lógica da competição e da adaptação passiva, devolvendo à escola sua função social de formar sujeitos críticos, solidários e protagonistas (Chauí, 2014; Cardoso & Lôbo, 2023). O desafio é coletivo e exige a mobilização crítica para a construção de novos horizontes, capazes de resistir à barbárie da mercadorização e de afirmar a dignidade humana como princípio inegociável para uma educação realmente emancipatória e libertadora (Cardoso & Lôbo, 2023).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007, entre outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2020.



CARLOTTO, Mary Sandra. Burnout e o trabalho docente: considerações sobre a intervenção. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 2, p. 191-198, 2003.

CARDOSO, José Cláudio; LÔBO, Daniel C. O neoliberalismo na educação: uma abordagem de controle ideológico permissível. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 28, 2023.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 fev. 2014.

CONAE. Conferência Nacional de Educação: documento final. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64–85, dez. 2016. DOI: 10.5433/2236-6407.2016v7n2p64. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/25302>. Acesso em: 28 out. 2025.

FERREIRA, João. O trabalho em tempos de uberização: a precarização como regra. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

FORTUNA, Silvia. Neoliberalismo e Educação: a racionalidade neoliberal na formação educacional contemporânea. São Paulo: Cortez, 2021.

FRANCO, Maria Laura P. B. Pedagogia da libertação: uma análise da obra de Paulo Freire. Campinas: Papirus, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o mito da gestão na educação. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, Roberto. A BNCC e a reforma do ensino médio: o desmonte da escola pública. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 16, n. 33, p. 791-808, 2022.

MACIEL, Marília. Educação Popular e Paulo Freire: a práxis educativa como instrumento de transformação social. São Paulo: Cortez, 2011.

MARSIGLIA, Ana Carolina; LIMA, Maria de Fátima. A Base Nacional Comum Curricular e a formação do professor. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 433-450, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2020a.

OLIVEIRA, C. S. Neoliberalismo, sofrimento e indiferença. Revista de Psicologia Política, v. 22, n. 54, p. 301-315, 2022.

SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian Ingo Lenz. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SEGAT, E. et al. Uso de medicamentos antidepressivos por professores de escolas de diferentes redes de ensino em um município do norte do Rio Grande do Sul. Perspectiva, Erechim, v. 42, n. 160, p. 324-335, 2018.

